



Conselho  
das Cidades

Ministério  
das Cidades



## FORMULÁRIO PARA RELATÓRIO DA 3ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES

### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:

O relatório da Conferência Estadual deve ser enviado pelo e-mail [conselho@cidades.gov.br](mailto:conselho@cidades.gov.br) e por SEDEX à:

Coordenação da 3ª Conferência Nacional das Cidades  
Ministério das Cidades  
Esplanada dos Ministérios – Bloco A - Sala 116  
70050-901 – Brasília – DF

Favor Anexar fotos e materiais de divulgação.

### 1. Identificação

Estado:		
Data da Conferência:		
Local de realização da Conferência:		
Cidade:		
Presidente ou Coordenador da Conferência:		
Órgão Coordenador da Conferência:		
Responsável/nome pelo preenchimento deste relatório:		
Telefone:	Fax:	e-mail:
Programação da Conferência Estadual:		

Rubricas da Comissão preparatória (nome completo e rubrica)

---

---

---

## 2. Memória da fase preparatória

### 2.1 - Comissão preparatória estadual

Nome	Entidade	Segmento	e-mail	Fone(s)

(Acrescentar quantas linhas forem necessárias).

### 2.2 – Reuniões preparatórias estaduais realizadas (datas e principais encaminhamentos):

data	Principais encaminhamentos

### 2.3 - Conferências Municipais realizadas. Total \_\_\_\_\_

Município	Data	Número de Participantes	Número de delegados eleitos

(Acrescentar quantas linhas forem necessárias)

### 2.4 - Conferências Regionais realizadas. Total \_\_\_\_\_

Região	Data	Municípios envolvidos	No. de Participantes	No. de delegados eleitos *

(Acrescentar quantas linhas forem necessárias)

\* Somente Municípios com menos de 20 mil habitantes.

### 3. Realização da Conferência Estadual

#### 3.1 – Participantes da Conferência:

<b>TIPO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Delegados municipais	
Delegados indicados	
Observadores	
Convidados	
<b>Total de Participantes</b>	

#### 3.2. Quantitativo de delegados presentes por segmento

<b>SEGMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Poder Público Estadual – Executivo.	
Poder Público Estadual – Legislativo	
Poder Público Municipal – Executivo	
Poder Público Municipal – Legislativo	
Movimento popular	
Trabalhadores	
Empresários	
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa e Conselhos Profissionais	
Ong's	

#### 4. – Delegados estaduais eleitos para a Conferência Nacional

<b>4.1. Delegados por segmento (conforme regimento nacional)</b>	<b>Titulares</b>	<b>Suplente</b>
Poder Público Estadual – Executivo		
Poder Público Estadual – Legislativo		
Poder Público Municipal – Executivo		
Poder Público Municipal – Legislativo		
Movimento popular		
Trabalhadores		
Empresários		
Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa		
Ong's		
<b>Total</b>		

#### 4.2. Forma de escolha dos delegados

--

**4.3 Ficha individual dos delegados estaduais à Conferência Nacional**  
(Modelo a ser reproduzido)

<b>Titular</b>		
Segmento		
Nome		
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Endereço		
Número:	Complemento:	
CEP	Cidade	Estado
Telefone:	Celular:	
E-mail:		
Entidade/Órgão:		
Sigla:		
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino		
É portador de alguma deficiência? ( ) Sim ( ) Não		
Identifique: ( ) visual ( ) auditiva ( ) de locomoção (cadeirante) ( ) orgânica ( ) múltipla ( ) outra _____		

<b>Suplente</b>		
Segmento		
Nome		
CPF:	RG:	Órgão Expedidor:
Endereço:		
Número:	Complemento:	
CEP:	Cidade:	Estado:
Telefone:	Celular:	
E-mail:		
Entidade/Órgão:		
Sigla:		
Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino		
É portador de alguma deficiência? ( ) Sim ( ) Não		
Identifique: ( ) visual ( ) auditiva ( ) de locomoção (cadeirante) ( ) orgânica ( ) múltipla ( ) outra _____		

## 5. Propostas aprovadas:

A discussão realizada nas Conferências Estaduais das Cidades deve viabilizar a definição de propostas que contribuam para o avanço na construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, bem como no intuito de iniciar as discussões e formulações de propostas voltadas à constituição do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano - SNDU, entendido como o grande desafio desta 3ª Conferência.

Desta forma, para a sistematização das propostas apresentadas pelas Conferências Estaduais das Cidades, deverão ser definidas **até 2 (duas) propostas prioritárias** para cada um dos 5 subtemas dos temas principais:

### TEMA 1 = A Política de Desenvolvimento Urbano e as Intervenções nas Cidades

Subtema 1.1 - As intervenções urbanas e a integração de políticas	<u>Proposta 1</u> Encaminhamento pelo Governo Federal, no prazo de 180 dias, ao Legislativo, de Projeto de Lei que institui o sistema de Conferências e os Conselhos das Cidades, com caráter deliberativo, e a adoção da mesma iniciativa por parte dos Governos Estaduais, Distrito Federal e municípios.
	<u>Proposta 2</u> Fim dos despejos e ampliação dos recursos destinados aos Fundos de Habitação de Interesse Social nas 03 esferas – federal, estadual e municipal –, garantindo o acesso direto de cooperativas habitacionais e associações sem fins lucrativos, para a implementação de programas de habitação direcionados à população que ganha de 0 a 3 salários mínimos, especialmente para os grupos em condições de maior vulnerabilidade social, como as mulheres chefes de família, vítimas de violência, afro-brasileiros(as), índios(as), idosos(as), pessoas com deficiência e portadores(as) de HIV/Aids. Que se viabilize o acesso à terra urbanizada e bem localizada, bem como a ocupação dos vazios urbanos.
Subtema 1.2 - As intervenções urbanas e o controle social	<u>Proposta 1</u> Criação de espaços de discussão e participação da sociedade na gestão do PAC, através do Conselho das Cidades e de outros conselhos nacionais. O Ministério das Cidades deve criar um grupo de trabalho permanente, com a participação de todos os segmentos que compõem o ConCidade, com o objetivo de monitorar o desenvolvimento do PAC e seu impacto sobre as cidades.
	<u>Proposta 2</u> Condicionar o repasse dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, do FGTS e do PPI para Estados e municípios à existência de Conselhos das Cidades, com caráter deliberativo e participação dos movimentos populares, e que estejam em funcionamento.
Subtema 1.3 - As intervenções urbanas e os recursos	<u>Proposta 1</u> Que todos os investimentos da política urbana dos governos federal, estaduais e municipais, incluindo os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, devam passar pelas instâncias de participação, monitoramento e controle social. Todos os recursos em habitação de interesse social, saneamento básico e transporte, incluindo aqueles oriundos do PAC, deverão compor os Fundos de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, a ser criado, estando sua utilização sujeita: (i) aos critérios estabelecidos e aprovados pelos respectivos Conselhos; (ii) às diretrizes estabelecidas nas diversas políticas urbanas e no Plano Diretor Participativo do município.
	<u>Proposta 2</u> O Ministério das Cidades deve criar um Programa Nacional de Produção Social da Moradia, com destinação de recursos do FNHIS de forma direta para associações comunitárias e cooperativas habitacionais para financiamento e monitoramento da produção de habitações. O Programa Nacional de Produção Social da Moradia deverá ser criado no prazo de 90 dias a contar da publicação das Resoluções da Conferência das Cidades.

## TEMA 2 = Capacidade e Forma de Gestão das Cidades

Subtema 2.1 - Capacidade Administrativa e de planejamento e estrutura institucional	<u>Proposta 1</u> O Ministério das Cidades deve criar um programa, com a participação do Conselho das Cidades, voltado para o monitoramento da implementação dos Planos Diretores, com o objetivo de identificar eventuais dificuldades na implementação dos instrumentos de reforma urbana, na difusão de experiências bem sucedidas, implementação de ZEIS e na avaliação dos bloqueios e potencialidades dos Planos Diretores elaborados tendo em vista o cumprimento da função social da cidade e da propriedade.
	<u>Proposta 2</u> Criar instrumentos e mecanismos de desburocratização dos procedimentos e criação de incentivos para aprovação de empreendimentos urbanos de interesse social em todos os Programas Federais.
Subtema 2.2 - Receitas municipais e ampliação de receitas próprias	<u>Proposta 1</u> Criar legislação específica para redução de alíquotas e criação de incentivos fiscais para empreendimentos de interesse social.
	<u>Proposta 2</u> Criação de um programa de capacitação dos municípios e dos diversos atores da sociedade civil para implementação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, debatido no ConCidades.

**Obs:** Os temas acima contemplam as discussões para a construção da PNDU.

A fim de viabilizar a sistematização das propostas prioritárias voltadas a este Sistema, foi inserido no formulário das Conferências Estaduais das Cidades, um campo para a definição de 1 (uma) proposta prioritária sobre o SNDU.

### 1 (uma) Proposta Aprovada e Dirigida ao

Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano	<u>Proposta</u> Criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, elaborado a partir das propostas aprovadas na 3ª Conferência das Cidades, aprovado pelo Conselho Nacional das Cidades e encaminhado ao Congresso Federal num prazo de 180 dias após sua aprovação pelo ConCidades, onde deverá estar prevista a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano, como instrumento institucional de caráter financeiro, para atender os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e dar suporte às ações e formas de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e municípios, composto por recursos destinados pelo OGU, articulados aos fundos específicos para as áreas de habitação de interesse social, saneamento ambiental de interesse social, transporte e mobilidade de interesse social, e gerido pelo Conselho Nacional das Cidades.
--	--

### 6. Moções apresentadas:

Moção de Apelo	<u>Objetivo</u> Destinação dos recursos das multas dos TACs (Termos de Ajustamento de Conduta) relativos à falta de tratamento de esgoto para fundo específico para esse fim. <u>Exposição de motivos</u> Sabedores da importante atuação do Ministério Público do Meio Ambiente em cobrar dos Poderes Executivos o tratamento de seus esgotos e que quando do não-cumprimento dos acordos dos TACs é imputada severa multa diária, propomos que tais multas sejam destinadas para fundo específico, pois atualmente elas vão para o fundo de interesse difuso, onde não temos nada que garanta sua utilização no tratamento de esgoto. Para que os municípios não sejam penalizados duplamente, pois não terão o esgoto tratado e verão os impostos por eles pagos tendo de ser gastos com tais multas ao invés de serem usados em infra-estrutura, saúde, educação.
----------------	--

	<p>Proposto por: Rubens R. R. de Souza – Delegado por Bauru.</p> <p>(Encaminhada com lista de Abaixo-Assinados)</p>
Moção	<p>Nós, Delegados e Delegadas, mobilizados na 3ª Conferencia Estadual das Cidades, vimos através desta moção apresentar <u>nosso repúdio</u> ao plano de pedagiamento do Rodoanel Mário Covas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Pelo direito dos cidadãos de ir e vir;</li> <li>• Contra a privatização do Rodoanel;</li> <li>• Pagamos a sua construção, exigimos liberdade de utilização.</li> </ul> <p>(Encaminhada com lista de Abaixo-Assinados)</p>
Moção de Repúdio	<p>Contra o despejo forjado e criminoso na sede da Fundação Nacional de Cultura Negra e Miscigenações Brasileiras, na Avenida Nordestina, nº 6969/6993, Guaianazes, em São Paulo , em que os <u>funcionários públicos do Estado de São Paulo</u> foram manipulados pelo grileiro de terras, Sr . José Luiz Garcia Dias, na invasão da sede do movimento negro de Guaianazes, no dia 11/03/2005. A <i>manu militari</i>, os oficiais de justiça Roberto e Miyoko, da 1º e 2º varas do Fórum de Itaquera, sem mandato judicial, autorizaram a invasão de propriedade particular com apoio de policiais armados.Com capangas, se apropriaram de todos os bens móveis, utensílios, documentos, jogaram famílias e crianças nas ruas, e atearam fogo nas casas, sendo que os mesmos foram denunciados no Ministério Público e na Delegacia – 68º DP Lageado –, inquérito 517/05 e B.O. nº1891/05, e até os dias de hoje, 22/09/2007, estão impunes, e os bens pertencentes à comunidade da rede do movimento negro e moradia da Zona Leste – Guaianazes não foram localizados. Assim, pedimos justiça social.</p> <p>(Encaminhada com lista de Abaixo-Assinados)</p>
Moção de Apoio à Implementação	<p>Os delegados da Conferência das Cidades decidiram a favor da implementação da Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.</p> <p>(Encaminhada com lista de Abaixo-Assinados)</p>